

019

TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



SESSÕES TEMÁTICAS

III **ENEPCP** ANAIS

CONTROLE SOCIAL: AS AÇÕES DO OBSERVATÓRIO SOCIAL EM FOZ DO IGUAÇU/PARANÁ/BRASIL

Rafaela Marçal Buono (UNILA)¹
Maria Alejandra Nicolás (UNILA)²

RESUMO

Entende-se por controle social, a participação, monitoramento e fiscalização das contas públicas e dos atos de gestão pública por parte dos cidadãos (CUNILL GRAU, 2002). O Estado brasileiro autoriza uma série de iniciativas de ente público, tais como os conselhos e conferências. Por outro lado, há uma série de ações que podem ser mobilizadas pelos cidadãos organizados, tal como os Observatórios Sociais do Brasil. O objetivo desta pesquisa procura investigar as ações do Observatório Social de Foz do Iguaçu (OSFI), implementado no ano de 2009, em relação ao controle e monitoramento da aplicação de recursos financeiros no município nos últimos cinco anos. Para tanto, foi realizado um estudo de caso através de técnicas quantitativas e qualitativas para investigar as ações do OSFI.

Palavras chaves: monitoramento e avaliação de políticas públicas; indicadores socioeconômicos; gestão municipal; planejamento e gestão de políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O controle na administração pública brasileira possui o intuito de fiscalizar e verificar se os atos estão dentro da lei e defender os direitos dos cidadãos. Seus fundamentos são os princípios previsto no Art. 37 da Constituição Federal de 1988: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O controle institucional do Poder Executivo é realizado através do controle interno (pela administração e controladorias) e do controle externo (poder judiciário, poder legislativo, polícia judiciária, tribunal de contas e ministério público). Por outro lado, o controle externo é também exercido pela sociedade civil através do chamado “controle social”. Conforme enfatiza Nuria Grau Cunill (2002, p. 194 e 195), entende-se por controle social: “[...] cualquier intento de intervención ciudadana en las acciones o decisiones de los entes públicos con miras a la expresión y defensa de intereses de la sociedad [...]”, ou seja, é a participação dos cidadãos na gestão pública, auxiliando na fiscalização e monitoramento da administração pública.

¹ Discente de Administração Pública e Políticas Públicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); e-mail: rafaela.buono@aluno.unila.edu.br

² Docente da área de Administração Pública e Políticas Públicas e do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), integrante do Centro de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (CEPECON); e-mail: maria.nicolas@unila.edu.br

Os Observatórios Sociais são “[...] um espaço para o exercício da cidadania, que deve ser democrático e apartidário e reunir o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública.” (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL, 2019). No total, existem dezenove estados brasileiros que implementaram OSB, contabilizando cento e quarenta e três cidades. Em Foz de Iguaçu, a primeira reunião para discussão da implementação do Observatório Social ocorreu em 16 de julho de 2009, na sede da Receita Federal da cidade, porém as atividades se iniciaram dia 1º de fevereiro de 2010. Os Observatórios Sociais auxiliam na obtenção de informações para o controle social, como um lugar de exercício da cidadania, integrados por voluntários dispostos a lutar por justiça social.

A problemática desta pesquisa dar-se-á em torno do seguinte questionamento: em que medida o controle social por meio de atividades de acompanhamento fiscal pode contribuir para o aperfeiçoamento das contas públicas municipais? Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho foi analisar as ações do Observatório Social de Foz de Iguaçu em relação ao controle e monitoramento da aplicação de recursos no município nos últimos cinco anos. Para isso, realizou-se: i. uma revisão bibliográfica da literatura sobre o assunto, assim como de conceitos fundamentais para esta pesquisa, tais como controle na administração pública, controle externo e controle interno; ii. uma coleta e análise das ações do OSFI em prol do controle social; iii. entrevistas semiestruturadas com os atores que participam do Observatório; iv. uma análise dos dados quantitativos e qualitativos a fim de mapear os impactos das ações do OSFI na gestão pública do município.

A importância de exercer o direito do controle social manifesta-se em criar opiniões diversificadas sobre os temas de interesse público, assim como em construir uma opinião formada de como estão sendo gastos os orçamentos públicos e de que maneira. A relevância da utilização desse direito será de grande valia ao atuar na área pública ou simplesmente para garantir o direito como cidadão. Portanto, fazem-se necessários a disseminação e o esclarecimentos sobre o controle social, que visa a motivar os indivíduos a serem cidadãos ativos e participativos na administração pública.

A metodologia utilizada na presente pesquisa foi a técnica qualitativa de estudo de caso. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com um roteiro de perguntas para os voluntários e contratados do Observatório Social de Foz de Iguaçu (OSFI), assim como o levantamento de dados sobre as ações do observatório. Após coleta de dados nas entrevistas, no sítio eletrônico e nos relatórios quadrimestrais, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo textual.

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: a primeira parte versa sobre uma breve revisão da literatura sobre os conceitos que guiaram a pesquisa empírica. Na sequência é apresentada a metodologia utilizada para abordar o objeto de estudo. Logo, são apresentados os resultados da pesquisa. E, por fim, nas considerações finais são discutidos os principais achados do estudo.

MARCO TEÓRICO

O controle na administração pública brasileira diz respeito à fiscalização, controle e monitoramento das contas públicas, assim como dos processos operacionais das políticas públicas. Este controle está estruturado em dois eixos fundamentais: o controle institucional e o controle social. Segundo Farenzena (2010, p. 239) o controle institucional:

[...] é elemento indispensável para o uso eficiente e eficaz dos recursos públicos, pois viabiliza a accountability em ações públicas, previne ou elimina possibilidades de corrupção, medidas que podem fazer muita diferença na efetividade das políticas públicas e, conseqüentemente, na garantia dos direitos à educação. (FARENZENA, 2010, p. 239)

Este tipo de controle é exercido pelo poder público visando tanto o uso eficiente dos recursos quanto a efetividade dos princípios da administração pública. Devido ao sistema presidencialista do país e, nesse sentido, pelos pesos e contrapesos entre os poderes, o controle institucional divide-se em controle externo e interno. O controle externo é viabilizado pelo poder legislativo, com o auxílio de outros órgãos públicos, tais como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público, são agências estatais de controle para supervisionar e monitorar o próprio Estado. O controle interno é viabilizado por agências internas dos poderes que permitem verificar o adequado cumprimento de seus objetivos. Tais como Auditorias e Corregedorias.

Por outro lado, o controle social é exercido pela sociedade civil. Este tipo de controle pressupõe um avanço na construção de uma sociedade democrática, que determina alterações profundas nas formas de relação do aparelho do Estado com o cidadão. A responsabilidade de controle social recai sobre cidadãos que controlam as ações dos políticos e administradores públicos na formulação e execução das políticas. O controle social é voluntário, mas muito se ganha e adquire em questão de desenvolvimento social para a comunidade, buscando o melhor para a coletividade (GRAU, 2002). A partir da CF/88 foram instauradas no Brasil as formas de controle social de iniciativa do poder público como conferências, conselhos, audiências públicas e governo eletrônico. Sobre as conferências, a característica principal refere-se a reunir governo e sociedade civil organizada para debater e decidir o que deve ser prioridade, as principais questões e direcionamento normativos, nas políticas públicas. “[...] São convocadas, em geral, pelo poder executivo, por meio de um decreto do presidente da república, do governador ou prefeito [...]”. (ENAP, 2015a)

Os conselhos de políticas públicas são previstos nos artigos 198 (saúde), 204 (assistência social) e 206 (educação) da CF/88, e preveem a participação da população através de organizações representativas. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecer a participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

As audiências públicas proporcionam a participação popular na gestão e controle da administração pública. Prevista na CF/88, elas permitem que o cidadão possa expor suas preferências, ser ouvido e opinar. Porém, as manifestações dos cidadãos não são vinculantes para o poder público. É um espaço em que os poderes executivo, legislativo e judiciário ou o ministério público podem expor um tema e debater com a população sobre a formulação de uma política pública, de leis, de empreendimentos ou serviços já implementados ou em vigor.

Já o governo eletrônico refere-se à prestação de serviços públicos através de sistemas informatizados, visando a agilidade, a transparência e a aproximação do governo com a sociedade. Promove, pois, uma governança mais aberta, conforme coloca José Antônio Gomes Pinho (2012), que também contextualiza o surgimento e a necessidade do governo eletrônico durante a reforma do Estado, que se deu em dois momentos no Brasil, anos 1980 e 1990.

Conforme Vaz (2005, p. 6), “a participação e o controle social sobre o governo dependem da circulação de informação”⁶. A Lei Complementar nº 131, de 2009, conhecida como Lei da Transparência, cobra a obrigatoriedade das publicações das informações na internet, da União, estados e municípios. Como forma de participação social, a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, aplica-se a toda a administração pública direta e indireta de qualquer esfera federal, distrital, estadual e municipal e também qualquer dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário). A LAI lei também se aplica ao particular vinculado à administração pública por convênios ou contratos, por exemplo.

No artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos consta:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ART. 19)

E na Constituição, capítulo I sobre Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, inciso XXXIII do artigo 5, também ressalta que todos possuem direito de receber informações dos órgãos públicos para fins particulares ou coletivos. O Brasil estabelece que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo é a exceção.

A grande iniciativa foi a criação do Portal da Transparência do Governo Federal, em 2004, onde é possível acompanhar a execução do orçamento público e colher informações sobre os recursos e suas devidas aplicações. Segundo a Cartilha de Acesso à Informação, a comunicação entre o Poder Público e a sociedade através do portal da transparência é de forma transparente e objetiva, com linguagens atuais e acessível para pessoas com deficiência.

Em Foz do Iguaçu, a Lei Municipal nº 3.528, de 14 de maio de 2009, relata sobre a implementação do portal da transparência na cidade, nos âmbitos dos poderes executivo e legislativo dos órgãos públicos do município. Neste portal são disponibilizados os gastos com pessoal, contratos e aditivos, passagens e diárias, consultas públicas, processos licitatórios, material de consumo, entre outros.

O controle social também possui ferramentas que são de iniciativa da sociedade, como nas redes sociais, em forma de manifestações e por grupos organizados. De forma geral, as manifestações ocorrem quando os indivíduos se agrupam no intuito de expandirem a possibilidade de terem voz diante das autoridades com relação a determinado problema social. As redes sociais influenciam na divulgação e integração de indivíduos, ampliando o conhecimento e participação nas ações do Estado.

Os grupos organizados de controle social são “[...] grupos que se organizam por demandas comuns e buscam, por meio de sua atuação, chamar atenção para as pautas pelas quais lutam e mobilizar mais pessoas em torno delas” (ENAP, 2015b). Como exemplo de grupos organizados, temos o OSB e das cidades em geral. O OSB é uma instituição não governamental, que visa ao exercício da cidadania para melhorar a gestão pública, devendo ser democrático e apartidário, ou seja, os voluntários não podem ter filiação partidária. É formado por pessoas que estejam dispostas a se voluntariar a essa causa em favor da transparência pública e bom uso dos recursos públicos. Este funciona a partir do monitoramento das compras públicas de cada município, desde o edital de licitação até a entrega do produto/ serviço. Atua também na educação fiscal, expressando a importância social e econômica, na inserção de micro e pequena empresa nas licitações, corroborando para o crescimento da geração de emprego, e na construção de indicadores de gestão pública “com base na execução orçamentária e nos indicadores sociais do município, fazendo o comparativo com outras cidades de mesmo porte.”

Conforme dados do Observatório Social, os OSB já estão presentes em cento e trinta e quatro cidades de dezesseis estados brasileiros. Seu objeto de atuação, ainda segundo o OSB:

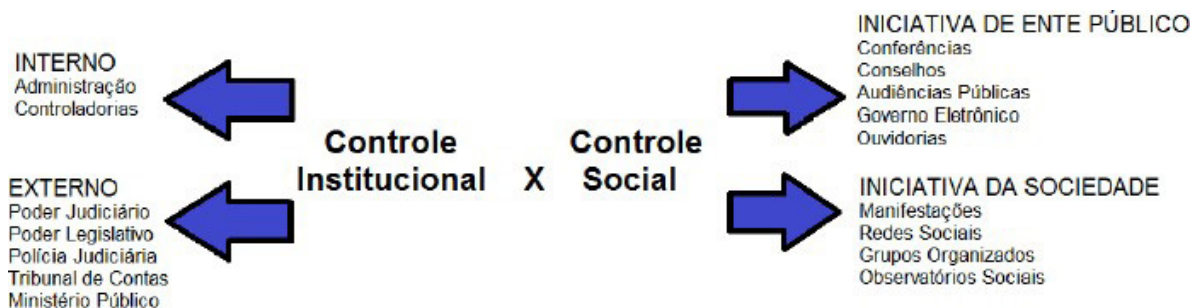
As ações de educação para a cidadania fiscal e controle social focadas no presente serão objeto de atuação do OS, atuando preventivamente, em tempo real, contribuindo para a eficiência da gestão pública, por meio da vigilância social da execução orçamentária, em sinergia com os órgãos oficiais controladores.

Ou seja, o OSB contribui para que a gestão pública tenha eficiência em seus trabalhos, isto é, tenha uma boa aplicação dos recursos públicos, com custo e benefício.

Portanto, conforme a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) “Quando o cidadão reconhece sua responsabilidade perante a sociedade e acredita que pode fazer a diferença, a situação muda, a aplicação dos recursos se dá de maneira mais eficiente e os serviços públicos são prestados com maior qualidade.” (ENAP, 2015b, p. 5).

As informações acima podem ser resumidas conforme a figura a seguir:

Figura 1 – Controle Institucional e Controle Social.



Fonte: Elaboração própria.

Em Foz do Iguaçu, o OSFI foi discutido diversas vezes pela Associação Comercial de Foz do Iguaçu (ACIFI), e foi com o Conselho da Mulher Empresária e Executiva que se iniciaram os grupos de trabalho do Observatório, com participação do Conselho Regional de Contabilidade.

A primeira reunião do OSFI ocorreu em 16 de julho de 2009 e desta participaram representantes de entidades governamentais e da sociedade civil organizada. O Conselho da Mulher tomou a frente e implantou o OSFI com a presença da diretora executiva do Instituto Cidadania Fiscal de Maringá, caracterizando, assim, a segunda reunião em agosto de 2009, na ACIFI. Segundo o website do OSFI, neste momento apresentou-se:

[...] a metodologia para a implantação e operacionalização do OSFI, discutidos aspectos físicos e financeiros e de pessoal. Participaram representantes das entidades: Conselho da Mulher Empresária, Delegacia da Receita Federal de Foz do Iguaçu, Sescap e De Paula Contadores Associados.

No final desse mesmo mês, houve a terceira reunião na ACIFI com o objetivo de instaurar o Estatuto Social do OSFI. O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, Itaipu Binacional, Receita Federal, Convention Bureau e Sescap/PR estiveram presentes nas reuniões e colaborando para sua implantação.

No dia 15 de setembro de 2009, foi realizada uma Assembleia Geral de Constituição do OSFI, momento em que foram aprovados o Estatuto Social e a Eleição da Primeira Diretoria, com a participação das entidades civis organizadas. No dia 1º de fevereiro de 2010, foram iniciados os trabalhos do Observatório. Segundo o website do OSFI:

Quadro 1 - Foco, missão, visão e valores do OSFI.

Foco de atuação	Monitoramento da aplicação dos recursos públicos do governo municipal de Foz do Iguaçu e Educação Fiscal.
Missão	Atuar para garantir a eficiência na aplicação dos recursos públicos, através da promoção da Cidadania Tributária e Controle Social.
Visão	Acompanhar o desenvolvimento da administração pública, exercendo o direito cidadão de influenciar as políticas públicas em prol do interesse coletivo.
Valores	Cidadania e o controle social.

Fonte: Realização própria baseado em informações obtidas pelo sítio do OSFI.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada nesta pesquisa consistiu em três etapas. Inicialmente, foi abordada uma revisão de literatura, com esclarecimentos de conceitos pertinentes ao assunto de controle na administração pública, controle interno e externo. Neste último quesito, aprofundou-se o estudo do conceito de controle social de iniciativa do ente público no Brasil, assim como sobre o controle social de iniciativa da sociedade. Para isso, foram consultados livros, artigos apresentados em eventos e publicados em diversas revistas. Foram consultados, ainda, manuais, cartilhas e publicações dos organismos de controle interno e externo do Brasil, tais como a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União.

A segunda etapa consistiu na pesquisa empírica. Esta foi integrada por três momentos:

1. Website eletrônico do OSFI: verificou-se a estrutura e informações existentes na plataforma;
2. Relatórios Quadrimestrais: foram analisados doze relatórios e construídas as seguintes dimensões de análise: sobre o OSFI, estudos de casos, prestação de contas do OSFI, educação fiscal, presença/ausência de vereadores, eventos do OSFI, ofícios enviados e como fazer parte/contato OSFI; Entrevistas: foram realizadas um total de nove entrevistas, entre voluntários e contratados.
3. A entrada no campo, ou seja, “[...] uma determinada instituição, uma subcultura, uma família, um grupo de específico de pessoas [...]” (FLICK, 2009, p. 109 e 110) no OSFI, foi muito cortês, com grande receptividade e abertura ao serem indagados sobre pontos relevantes para a pesquisa. Conforme Flick (2009), após ter conseguido acesso à instituição, o problema está em como chegar até as pessoas para que se consiga mais participantes para as entrevistas. Com isso, depois de ter entrado no campo e obtido acesso, iniciaram-se as entrevistas com os contratados e diretora do OSFI. Em seguida, com a estratégia da bola de neve, isto é, “[...] fazer com que um caso o leve a outro.” (FLICK, 2009, p. 113), foram realizadas as entrevistas com alguns voluntários do Grupo de Obras. Este grupo participa das ações externas do OSFI, visitando obras e acompanhando as desde o início até a entrega. Após realizada as entrevistas, foi realizada a análise de conteúdo.

Ainda, foram elencados o histórico do OSB e do OSFI, e, em seguida, foram coletados os resultados e ações do OSFI, conforme relatórios no website eletrônico e relatórios fornecidos durante as entrevistas (próximo tópico). Para tanto, recorreu-se à utilização da pesquisa qualitativa, que pode ser definida, segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 16), como:

[...] uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 16)

A técnica qualitativa utilizada para estudar a problemática da pesquisa foi o estudo de caso. Yin (2010) diz que os estudos de caso são um bom método para responder questões “como” ou o “porquê” de algum fato quando o investigador não possui controle sobre os eventos e quando o enfoque está em um fenômeno contemporâneo. Dessa forma, um estudo de caso seria uma análise com profundidade de um fenômeno específico. Considerou-se, então, este o método mais adequado para a presente pesquisa, pois permite a utilização de várias técnicas, tais como entrevistas, análises de conteúdo de relatório e de website institucional. Houve a análise de conteúdo do sítio eletrônico do OSFI, em maio de 2019, descrito por Bardin (1979, p. 42) como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1979, p. 42)

Sendo assim, é um procedimento no qual se analisa o material levantado com o objetivo de reduzir os materiais textuais. Conforme Bardin (1979, p. 44) a análise de conteúdo “é o trabalhar a palavra [...]” e seus significados, buscando compreender os entrevistados e o ambiente. Como terceira etapa, foi realizada a análise de conteúdo dos relatórios trimestrais que foram coletados através do sítio eletrônico. Sobre análise de conteúdo, para Flick (2009), o processo metodológico possui três técnicas: 1. A síntese do conteúdo: parafrazeando o material, condensando frases semelhantes e omitindo frases menos consideráveis; 2. Análise explicativa de conteúdo: “[...] esclarece trechos difusos, ambíguos ou contraditórios por envolver o material do contexto da análise.” (FLICK, 2009, p. 292); 3. Análise estruturadora do conteúdo: “[...] busca tipos ou estruturas formais no material [...] no nível formal, de caráter tipificador e escalonado, ou relativo ao conteúdo [...]” (FLICK, 2009, p. 293), ou seja, descrevendo o conteúdo de forma mais precisa e detalhada. Para as entrevistas, foi construído um roteiro referente ao tema abordado e aplicado para nove pessoas, sendo dois contratados, uma diretora e seis voluntários do grupo de obras do Observatório Social disponíveis para a pesquisa. A segunda etapa de pesquisa consistiu em um roteiro referente a uma série de ações específicas realizadas pelo OSFI. Estas ações referem-se a estudos mais aprofundados realizados que dizem respeito a processos licitatórios. Esta etapa foi realizada com apenas dois contratados do OSFI. A análise de conteúdo também foi utilizada após coleta de dados das entrevistas com o intuito de analisar o material textual.

Foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, que consiste em um diálogo informal, deixando o entrevistado mais à vontade ao debater sobre o assunto e dizer suas opiniões e pensamentos. Conforme Flick (2009, p. 131), “As questões devem ser formuladas de tal modo que - no contexto planejado e com a utilização dos recursos disponíveis - sejam capazes de serem respondidas”.

Com relação ao roteiro para os voluntários, foi construído um bloco 1 com perguntas sobre o perfil dos entrevistados: idade, nacionalidade, ano de ingresso no OSFI, sua formação acadêmica e breve descrição sobre sua rotina administrativa no setor ao qual está vinculado, apenas para criarmos um quadro de perfil dos entrevistados. Como forma de preservação e sigilo, os entrevistados não serão identificados pelo nome. O roteiro da entrevista possui, ainda, um bloco 2 de perguntas com algumas questões sobre o controle social resgatadas a partir da revisão da literatura sobre o assunto. E, por último, o bloco 3 consistiu em perguntas sobre o OSFI Além da pesquisa qualitativa, a pesquisa contém dados de cunho quantitativo com documentos fornecidos pelo OSFI e pelo sítio eletrônico, para fins de enumerar os recursos. De acordo com Minayo (2008), os métodos quantitativos têm como proposta mostrar dados, indicadores e tendências observáveis ou elencar modelos teóricos abstratos com grande aplicação na prática. Após coletados os dados, foi feita a análise dos resultados das ações no uso dos recursos do município. O próximo tópico trata da análise do OSFI, especificamente a análise de conteúdo do sítio eletrônico e sobre os relatórios trimestrais. Na sequência, serão desenvolvidos os resultados e ações do OSFI, a análise das entrevistas e alguns estudos de casos feitos pelo OSFI.

RESULTADOS

Com relação à análise do *website* do OSFI possui, este possui um link institucional, com questões sobre quem são, definições estratégicas, equipe técnica, histórico do OSFI, a rede OSB e seus mantenedores. Na aba Programas e Sub-Programas, há um documento que mostra os programas existentes. São divulgados, como forma de transparência, os documentos fiscais e contábeis, ofícios enviados e os relatórios trimestrais. Na parte do blog, colocam-se notícias do OSFI e do OSB. Divulgam-se o modo de entrar em contato com os mesmos e como contribuir com a organização.

Na página inicial, há um link para ser voluntário pela transparência e abas como:

1. De olho nos gastos públicos: com os links para os sites de órgãos municipais e do portal da transparência;
2. Monitoramento de entregas: não possui nenhum documento;
3. Monitoramento de merenda escolar: não possui nenhum documento;
4. Notícias locais: direciona para a mesma página em que colocam as notícias do OSFI;
5. Acompanhamentos de obras públicas: possui as obras que estão acompanhando, a data da visita e fotos do andamento das obras;
6. Acompanhamentos da Câmara Municipal: aparece somente o estudo comparado da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu de 2016;
7. Sala de licitações: mostram as licitações de cada autarquia dos anos 2017, 2018 e parte de 2019;
8. Educação fiscal: direciona para a Cartilha "Somos todos Cidadãos".

O sítio do OSFI é bem estruturado, entretanto, algumas informações dispostas não estão atualizadas ou há abas que não possuem nenhuma atividade do que foi realizado. Ainda assim, é um sítio com um design amigável para o usuário e fácil de localizar o que é buscado, as informações que existem estão acessíveis para serem encontradas.

O OSFI também possui redes sociais, Facebook e Instagram, ambos possuem os mesmos conteúdos, isto é, nessas plataformas são divulgadas datas de reuniões quadrimestrais, educação fiscal, fotos de eventos que participaram e notícias relevantes para o controle social por meio de compartilhamentos de outras instituições como o Senado Federal ou Controladoria Geral da União (CGU).

O OSFI divulga em seu sítio eletrônico todos os relatórios apresentados nas reuniões com os voluntários. Em geral, todos possuem os mesmos tópicos, apresentando a organização, mostrando os trabalhos efetuados em determinado tempo, os estudos de casos, receitas e despesas, como fazer parte e contato. Porém, alguns possuem mais informações, como a prestação de contas do OSFI, educação fiscal, presença e ausência dos vereadores nas sessões da Câmara, eventos do OSFI, ofícios enviados e como fazer parte e ser um voluntário.

Conforme relatado na metodologia, foram construídas oito dimensões de análise.

Quadro 2 - Informações nos Relatórios Quadrimestrais.

	Sobre o OSFI	Estudos de Casos	Prestação de Contas do OSFI	Educação Fiscal	Presença/Ausência de Vereadores	Eventos do OSFI	Ofícios Enviados	Como fazer parte/Contato OSFI	TOTAL
2014: RQ 1	X	X	X	X					4
2014: RQ 2	X	X		X	X		X		5
2014: RQ 3	X	X		X					3
2015: RQ 1	X	X	X	X		X		X	6
2015: RQ 2	X	X	X	X		X		X	6
2016: RQ 1	X	X		X	X	X		X	6
2016: RQ 2	X	X		X	X	X		X	6
2016: RQ 3	X	X	X	X		X			5
2017: RQ 1	X	X		X		X			4
2017: RQ 2	X	X	X		X	X			5
2018: RQ 1	X	X				X	X		4
2018: RQ 2	X	X	X	X		X		X	6
TOTAL	12	12	6	10	4	9	2	5	

Fonte: Elaboração Própria.

O primeiro item, sobre o OSFI, diz respeito aos aspectos gerais do Observatório, como estrutura administrativa, o que é o OSFI, missão, visão e valores. O item de estudos de casos são os casos apresentados por eles em que o OSFI interveio em alguma licitação. A prestação de contas do OSFI está relacionada às entradas e saídas do Observatório, quanto receberam de contribuições e os valores gastos. A educação fiscal, um dos eixos do OSFI, refere-se às palestras e parcerias feitas com instituições de ensino e podem divulgar o trabalho do Observatório. O item “presença/ ausência dos vereadores” monitora quais vereadores participaram das audiências públicas e, assim, podemos tomar conhecimento sobre a participação do poder legislativo. A parte de eventos do OSFI mostra os acontecimentos realizados externamente, com parcerias de outras instituições. O item ofícios enviados representa quando o OSFI demonstrou em seus relatórios que houve ofícios enviados à Prefeitura, à Câmara Municipal ou ao Ministério Público, dependendo da necessidade; em algumas situações menciona-se encaminhamentos a outros órgãos, tais como TCE/PR, Conselho Municipal de Saúde (COMUS). Por fim, o último item, “como fazer parte/ contato OSFI”, refere-se às vezes em que foi divulgado nos relatórios quadrimestrais como ser um voluntário e quais são os meios de comunicação do OSFI.

Alguns relatórios possuem mais informações que outros. Os relatórios mais completos foram os de 2015.1, 2015.2, 2016.1, 2016.2 e 2018.2, ambos com seis das oito dimensões de análise. O menos completo foi o de 2014.3, com somente três dimensões, as quais foram colocadas como dimensões de análise: sobre o OSFI, estudos de casos e educação fiscal. As informações que estiveram presentes em todos os relatórios foram a apresentação do OSFI e os estudos de casos. Os menos presentes foram os demonstrativos de ofícios enviados e a presença/ ausência dos vereadores nas sessões ordinárias e audiências públicas. Cabe destacar que o OSFI não possui um voluntário ou contratado para desenvolver atividades específicas de comunicação ou de relações públicas. Este fato poderia estar contribuindo para a apresentação pouco uniforme da informação nos relatórios, assim como, pelos relatos das entrevistas, percebeu-se que em alguns períodos o OSFI possui mais trabalhos a serem realizados e em outros a demanda é menor, o que pode influenciar o conteúdo divulgado nos relatórios.

Para fazer a análise das entrevistas, conforme a técnica relatada na metodologia, passou-se à leitura de cada uma das entrevistas, para logo construir as categorias. Portanto, após a análise, chegou-se à construção de duas categorias centrais e algumas subcategorias em cada uma delas. Estas últimas consistem nas falas mais relevantes, assim como também aquelas que eram repetidas pelos entrevistados. Cabe destacar, neste ponto, que a classificação é resultado do alinhamento com os conceitos analisados na revisão teórica.

A primeira categoria, controle social, com as subcategorias contribuições, empecilhos e aprimoramento do controle social, é ilustrada na figura a seguir:

Figura 2 – Categoria e subcategorias do bloco 2.



Fonte: Elaboração própria.

Como já ressaltado, o controle social é a participação da sociedade na gestão pública, auxiliando no monitoramento e fiscalização da Administração Pública. Nesse sentido, percebemos que os entrevistados, em termos gerais, entendem o significado do conceito e sua importância: “[...] a participação da sociedade civil no acompanhamento dos gastos públicos, não só gastos públicos, mas das políticas públicas também” (Entrevistado B). Partindo dessa mesma ideia, o entrevistado C destaca que o controle social “é a população se interessar mais nos gastos, fazendo o dever de monitorar aos governantes [...]”.

A primeira subcategoria que foi possível de construir diz respeito às “contribuições do controle social” e como o controle social pode fortalecer a democracia. Aqui, foram encontradas três dimensões de respostas: 1) Participação social: a capacidade das pessoas fazerem parte de um processo público; 2) Acompanhamento dos gastos públicos: refere-se ao seguimento dos gastos que o município realiza ao longo dos anos, especificamente através das licitações públicas; 3) Monitoramento aos governantes: essa dimensão está relacionada à *accountability*, ou prestação de contas por parte dos governantes, que devem publicizar suas decisões e ações.

Partindo do ponto de vista de que a democracia habilita, dentre seus princípios, os cidadãos a expressarem suas opiniões com relação à dimensão de “participação social”, o entrevistado A constata que *“o controle social visa trazer essa participação de todos. Então é de suma importância para a democracia”*. Em consonância com a dimensão “acompanhamento dos gastos públicos”, o entrevistado E comenta que *“através da existência do observatório, ensinando a população a também fiscalizar a verba pública. Então pra democracia eu acho fundamental [...]”*. Sobre a última dimensão, “monitoramento aos governantes”, o entrevistado C relata que o *“[...] controle social é a população se interessar mais nos gastos, fazendo o dever de monitorar os governantes”*.

A próxima subcategoria é a de “empecilhos do controle social”, ou seja, as dificuldades, obstáculos e barreiras que impedem que a sociedade possa acompanhar e fiscalizar a administração pública. Nesse aspecto, foram encontradas três dimensões de respostas: 1) Falta de transparência nas informações: a não publicação das informações públicas, dificultam o acesso da população aos dados;

Falta de conhecimento: essa dimensão está relacionada à falta de instrução para com a população, falta de informações sobre o controle social e sobre os direitos dos cidadãos; 3) Falta de interesse: aqui está relacionada a falta de cultura do brasileiro, em geral, em não buscar sobre as informações públicas— sabe que há, mas não se interessa em ir atrás. Muitos entrevistados destacaram a falta de transparência na disponibilização de dados sobre a dimensão “falta de transparência”: o entrevistado H cita *“o empecilho é esse, primeiro o mecanismo de transparência que não existe, aquele que existe é muito arcaico e de difícil acesso [...]”*; o entrevistado C também destaca a falta de transparência *“[...] a informação deveria estar no portal, só que isso pode ser muito melhorado, o portal não é tão simples de você acessar, às vezes a informação ‘tá’ lá, mas [...] o caminho é complexo.”* Ou seja, muitos portais da transparência não estão atualizados ou não possuem informação alguma, o que dificulta para que a sociedade possa chegar aos dados públicos. Na segunda dimensão, “falta de conhecimento”, o entrevistado B cita que *“[...] é uma questão de educação para a cidadania e a gente percebe que muitas vezes as pessoas não sabem nem onde procurar informação [...]”*. Nessa subcategoria, também foi destacada pelos entrevistados a “falta de interesse” da população. *“[...] só critica e não quer saber como fazer isso acontecer”* (Entrevistado C). Aqui, o entrevistado refere-se àquelas pessoas que criticam os servidores públicos e atos dos governantes, entretanto, não buscam participar ativamente para que haja melhorias e aprimoramento. Somando a esse pensamento, o entrevistado I comenta também sobre a dimensão da “falta de interesse” da população: *“A parte mais cultural das pessoas mesmo”*. Portanto, o que o entrevistado quer dizer é que não está na cultura brasileira o ato de buscar saber sobre as contas públicas e que não somos instruídos a isso desde cedo.

Sobre o aprimoramento do controle social, isto é, para que seja melhorado esse controle exercido pela sociedade, foram verificadas três dimensões: 1) Maior transparência: mais disponibilização dos dados públicos nos *websites* governamentais; 2) Educação fiscal: mais eventos que possam incentivar o interesse dos cidadãos em participar das atividades públicas e exercer seus direitos;

Participação da sociedade: maior interesse da população em atuar nas áreas públicas e acompanhar os gastos e governantes públicos. Alguns entrevistados sugeriram a conscientização do administrador público em transparecer os dados. Conforme a dimensão “maior transparência”, o entrevistado B sugere *“mais transparência, que as informações estejam disponibilizadas nos portais completas”*. Sobre a dimensão “Educação fiscal”, outro entrevistado diz: *“[...] educar as crianças, fazer mais palestras [...]”* (Entrevistado C), e, somando a esse pensamento, *“a conscientização desde jovem [...] que influenciem seus pais”* (Entrevistado D). Sobre a terceira dimensão, “participação da sociedade”, o entrevistado A comenta a respeito: *“eu acredito que uma maior participação da sociedade, uma maior conscientização [...]”*. Portanto, os entrevistados citados apontam a necessidade da educação fiscal desde crianças para que se acostumem com seus direitos de exercer a cidadania, trazendo maior conscientização.

A figura a seguir demonstra a segunda categoria construída para análise de dados textuais dos entrevistados no bloco 3. Como categoria central está o Controle Social do OSFI, com suas subcategorias: atividades (voluntários e contratados), financiamento do OSFI, ações de fiscalização em destaque, e o impacto do OSFI no C.S.

Figura 3 – Categoria e subcategorias do bloco 3.



Fonte: Elaboração própria.

Para essa categoria, foi utilizada a mesma técnica anterior, a análise de dados textuais.

Para a primeira subcategoria “atividades (voluntários e contratados)”, foram construídas três dimensões de análise: 1) Equipe técnica: refere-se ao setor administrativo; 2) Diretoria: representação do OSFI; 3) Voluntários: pessoas que se disponibilizam a atuar espontaneamente, sem qualquer retorno financeiro. Sobre a dimensão “atividades”, o entrevistado C comenta que o observatório possui quatro eixos que auxiliam nas atividades do OSFI, são eles: *“equipe técnica, [...] do escritório, uma diretoria, que é a parte mais operacional que pega as decisões e orientam o trabalho, os mantenedores que a gente não consegue fazer o trabalho sem recursos, e os voluntários [...]”*. A equipe que fica no escritório do OSFI é responsável pela parte administrativa, como parte de pagamentos, reuniões, análises de editais e organização de eventos externos, por exemplo. A diretoria representa o OSFI em reuniões e orienta os trabalhos. Os voluntários são importantes devido às várias áreas de licitação, e os OSB necessitam de pessoas especializadas em áreas como engenharia, para o caso de obras, de médicos ou enfermeiros, em caso de licitações relacionada a remédios ou compras de aparelhos médicos, entre outros. O entrevistado F comenta sobre as atividades do grupo de obras, que confere *“planilha de medição, aditivo de prazo, aditivo de preço e valores, se estão condizentes com a realidade do mercado [...]”*. Sobre o eixo mantenedores, será abordado na subcategoria a seguir “financiamento do OSFI”.

A próxima subcategoria é sobre o “financiamento do OSFI”, ou seja, como é sustentado e como se mantém. Nesse ponto, foi observada somente uma dimensão: “Mantenedores”: empresas, pessoas e instituições que fornecem recursos financeiros para que o OSFI se mantenha. Os entrevistados comentaram que esse financiamento é feito através de mantenedores que se sensibilizam com a causa de ação social e estão dispostos a ajudar, *“é uma instituição sem fins lucrativos, não tem ações que visam arrecadar dinheiro, é com doações, né? Tanto de empresas que têm afinidade, como pessoas e voluntários [...]”* (Entrevistado D). Como complemento, o entrevistado I descreve que é *“[...] sustentado por empresas colaboradoras, algumas empresas e instituições, nada vinculado ao governo e à prefeitura, que dão contribuições mensais para que o observatório possa ser sustentado e fazer seu trabalho. Não tem nenhum financiamento público. É uma instituição sem fins lucrativos [...]”*.

A terceira subcategoria está relacionada às “ações de fiscalização em destaque”, ou seja, os estudos de casos em maior evidência no ponto de vista dos entrevistados. É o caso de alguns medicamentos, canecas e capacetes de obras com valores que não eram condizentes com o valor de mercado. O entrevistado A relembrou o caso das canecas e dos capacetes *“uma caneca de R\$ 12,00 que a gente encontrou por R\$ 1,99 em várias lojas da cidade [...] um capacete de obras que o valor de mercado dele gira em torno de R\$ 8,00 a R\$ 10,00 e a prefeitura ‘tava’ comprando por R\$ 151,00”*. Alguns casos serão descritos no próximo tópico, como exemplificação das ações do OSFI.

A última subcategoria diz respeito ao “Impacto do OSFI no Controle Social”. Por impacto entende-se os resultados e as consequências do Observatório para a população. Foi notada uma dimensão relacionada ao impacto positivo, com maior credibilidade e respeito da comunidade. O entrevistado G declara: *“acho que ainda poucas pessoas conhecem [o observatório]”*. Em contraponto, o entrevistado I diz que o impacto é *“extremamente positivo [...] eles respeitam muito [a comunidade e servidores públicos]”*. O entrevistado B ressalta: *“tivemos bastantes resultados positivos e o impacto foi que nós conseguimos a credibilidade e o respeito da população”*.

Pode-se perceber que as respostas, em suma, são convergentes e com tópicos similares, evidenciando os fatores positivos do OSFI e do controle social em prol do monitoramento e da fiscalização dos atos dos governantes.

Os órgãos da prefeitura, para comprar algum item, fazem uma cotação de preços e enviam à área responsável pela abertura do processo um termo de referência. O próximo passo é o lançamento do edital no Diário Oficial do Município. O aviso de licitação é publicado no Diário Oficial, que é publicado todos os dias. Nesse sentido, a tarefa do OSFI consiste em observar todos os editais publicados.

O OSFI, com seus voluntários, analisa se o edital é publicado com um mínimo de oito dias de antecedência, caso seja pregão, e trinta dias para concorrência – e assim por diante com as demais modalidades e exigências. Observa-se qual o objeto da licitação, o valor, a data do certame e o termo de referência, com sua respectiva justificativa, explicando o motivo da aquisição de tais materiais. O que mais importa são os itens, quantidades e valores unitários e valor dos lotes. O OSFI analisa a descrição dos itens e pesquisa na internet ou em lojas na cidade a média de valores e verifica se está acima do valor de mercado ou não. Se observado que está fora do valor de mercado, o caminho é realizar um ofício a ser encaminhado à Prefeitura solicitando revisão nos valores e informando itens com as mesmas descrições com preços menores. Vale lembrar que nas licitações os valores que aparecem são as médias de valores orçados pela prefeitura. O ofício é encaminhado ao Ministério Público somente se não houver retorno da prefeitura - e, como foi relatado nas entrevistas, nem sempre o OSFI obtém resposta.

A seguir, algumas das ações em que o OSFI interveio no contrato ou licitação e houve economia dos recursos municipais.

Em 2017, houve licitação para contratação de uma empresa que prestasse “serviços médicos, hospitalares e ambulatoriais de média complexidade, de assistência em diagnóstico em oftalmologia, tratamento clínico e cirúrgico do aparelho da visão” – Manifestação apresentada pelo COMUS.

A empresa contratada foi a Cristalink Serviços Médicos Ltda. Entretanto, algumas irregularidades e considerações foram notadas e apresentadas por meio de reclamações e denúncias recebidas pelo COMUS.

Após análise documental pelo OSFI e COMUS, de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 002/2017, que resultou na contratação da empresa Cristalink, as considerações feitas foram: não havia base legal que justificasse a contratação da empresa através de inexigibilidade de licitação; havia ausência de informações para custeio das cirurgias realizadas através de mutirões de cirurgia de catarata; a empresa contratada não disponibilizava de espaço próprio em Foz do Iguaçu; não dispunha de Registro no Conselho Regional de Medicina; não apresentou alvará de licença para localização e funcionamento; não apresentou licença sanitária; apresentou comprovantes com validade expirada; entre outros.

Portanto, houve suspensão do contrato com a empresa, por apresentarem falta de documentos, documentos expirados, falta de alvará, entre outros.

A imagem a seguir, retirada do relatório quadrimestral do OSFI, apresenta algumas notícias divulgadas na época sobre o caso. O OSFI, juntamente com o COMUS, conseguiu intervir neste contrato e impedir gastos errôneos.

Após analisado o Pregão Eletrônico nº 044/2018, referente à aquisição de diversos equipamentos de proteção individual para uso das equipes da Diretoria de Meio Ambiente, o OSFI averiguou que havia um valor acima do valor de mercado em relação à compra de capacetes de segurança. O valor unitário, no Pregão, era de R\$ 152,95. Entretanto, foi adquirido pela Prefeitura Municipal por R\$ 8,91 a unidade depois do OSFI ter alertado o responsável quanto ao valor acima do valor de mercado, o que levou a uma economia de R\$ 1.440,40 somente neste item.

Em 2018 houve um Pregão Eletrônico, nº 016/2018, para a aquisição de materiais para a Secretaria Municipal de Assistência Social. O pregão divulgava um valor de R\$ 12,00 cada caneca, porém o OSFI, ao fazer uma pesquisa de mercado, encontrou a mesma caneca por um valor máximo de R\$ 1,68 a unidade. Somente neste item houve uma economia de cerca de R\$ 10.000. Todos os itens do pregão foram analisados e, após envio do ofício para a prefeitura municipal, o edital foi cancelado e republicado com valores novos, o que causou uma diferença de R\$ 36.385,15 no valor de todo o edital. Conforme figura a seguir, o valor do primeiro edital era de R\$ 88.228,00 e o edital republicado ficou de R\$ 51.842,85.

O Pregão Presencial nº 04/2016 solicitou, para uso pelo Hospital Municipal de Foz do Iguaçu, a aquisição de medicamentos. O item que requisitava Cloridrato de Ranitidina chamou a atenção dos voluntários do OSFI por ser pedido por um valor de R\$ 7,03 a unidade, somando um total de R\$ 369.075,00 com 52.500 mil unidades. Após intervenção do OSFI, o item foi licitado por R\$ 0,39 a unidade, custando um total de R\$ 20.475,00. A economia, neste caso, foi de R\$ 348.600,00.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as ações do Observatório Social de Foz do Iguaçu. Para tanto, foi necessária uma pesquisa empírica qualitativa, com entrevistas semiestruturadas aos voluntários e contratados do OSFI, análise do sítio eletrônico e dos relatórios quadrimestrais da instituição. Após obtidos os dados necessários, foram analisados os conteúdos com o intuito de apresentar as informações mais importantes que foram obtidas na pesquisa.

Sobre o sítio eletrônico do OSFI, embora haja informações relevantes no website, ainda faltam dados, o que provavelmente se deve à falta de um voluntário específico na área de comunicação. A respeito dos relatórios quadrimestrais, em geral, esses possuem os mesmos informes, e, como já mencionado, uns com mais dados e outros com menos. Isso também, provavelmente, deve-se ao fato de que não há um voluntário específico para a área de comunicação, pois este poderia padronizar os relatórios quadrimestrais e acrescentar as notícias no sítio eletrônico do OSFI e em suas redessociais.

Após efetuadas as entrevistas, pôde-se notar, através das falas dos entrevistados, que há pouca transparência nos dados e informações públicas. Além disso, os cidadãos possuem pouco conhecimento sobre o direito de exercício da democracia e participação na sociedade. Para isso, as falas explicitam como possíveis caminhos de superação uma maior educação fiscal para estimular o interesse da sociedade em acompanhar as contas públicas, e, principalmente, incentivar as crianças, adolescentes e jovens a se interessarem pelo assunto através da educação fiscal, explicitando a relevância de fazer parte de ações como as que o OSFI e OSB, em geral, fazem.

Para os entrevistados, o controle social é a participação da sociedade nos gastos públicos e nas políticas públicas (entrevistado B). As contribuições do controle social dão-se a partir da participação social, acompanhamento dos gastos e monitoramento aos governantes. Entretanto, os empecilhos encontrados são a falta de transparência nas informações, falta de conhecimento da população em como procurar os dados públicos ou, até, falta de interesse dos mesmos, como sendo uma cultura que o Brasil possui de não apresentar esse direito aos cidadãos. Como forma de aprimoramento, os entrevistados sugeriram mais transparência dos dados governamentais, maior educação fiscal por parte das organizações para que auxiliem a população a participar das contas públicas, desde jovens. Ainda sugerem, também, uma ampla participação da sociedade, pois somente assim haveria um controle social efetivo.

As atividades do OSFI são divididas entre voluntários e contratados. Os voluntários auxiliam nos horários em que podem e com assuntos de sua área de atuação, enquanto que os contratados ficam disponíveis durante o dia para as atividades rotineiras do OSFI. O financiamento é efetuado através dos mantenedores, pessoas físicas ou jurídicas que se solidarizam com a causa de justiça social. O impacto do OSFI no controle social e na cidade, conforme relato dos entrevistados, tem sido positivo, com credibilidade e respeito por parte dos órgãos públicos, entretanto, ainda é pouco conhecido pela sociedade e isso ampliaria o impacto.

Com relação aos três estudos de casos apresentados, houve grande economia a respeito de itens específicos dentro de licitações, como é o caso dos capacetes de obras, cuja economia foi de R\$ 1.440,40 somente nesse item. O mesmo aconteceu no caso das canecas, que compradas com valor menor geraram economia de R\$ 36.385,15, e no caso dos medicamentos, que estavam fora do valor de mercado e com a intervenção do OSFI houve uma economia de R\$ 348.600,00 para os cofres públicos municipal. Contudo, embora nos estudos de casos disponíveis pelo OSFI nos relatórios trimestrais conste a economia obtida em algum item específico ou na licitação por inteiro, não há a informação de economias totais do OSFI em relação a todos esses anos de trabalho na cidade. Com esse dado, o OSFI poderia demonstrar melhor seus trabalhos para a comunidade e como é de suma importância o controle social para a democracia e para a sociedade como um todo.

Como forma de complementar esta pesquisa, sugere-se, por fim, uma agenda de pesquisa. Como primeiro passo, (1) seria necessário um estudo comparativo das ações dos OSB do Paraná, por exemplo, através dos relatórios que são disponibilizados em seus websites. Em seguida, (2) indagar sobre os trabalhos de fiscalização e monitoramento do gasto público, focalizando apenas no acompanhamento e o impacto no gasto público dos OSB no Brasil. Por fim, (3) focalizar um estudo direcionado a investigar sobre as crenças dos voluntários e gestores dos OSB no Brasil.

O controle social é um dos mais importantes meios de exercício da democracia, é através dele que podem se expressar os interesses nas ações do Estado, participar das formulações de políticas públicas, assim como fiscalizar os gastos públicos. Não há quem duvide da importância do controle social, porém, por vários fatores, muitos cidadãos, mesmo tendo ciência dos seus direitos, não o exercem. Conforme o lema do Observatório Social do Brasil, “Indignar-se é importante. Atitude é fundamental”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 1979.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.527. *Acesso à Informação Pública*. 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 06 nov. 2018.

CUNILL GRAU, Nuria. *Nudos Críticos de la Accountability Social. Extrayendo Lecciones de su Institucionalización en América Latina*. IN: PERUZZOTTI, E. *Controlando la Política. Ciudadanos y Medios en las Nuevas Democracias Latinoamericanas*. Ciudad de Buenos Aires: Editorial Temas, 2002.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Bookman e Artmed. 2006.

ENAP. Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2015a. *Módulo 3: Controle Social e Cidadania I*. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2719/4/MODULO%203_CONTROLE_SOCIAL.pdf> Acesso em: 6 nov. 2018.

ENAP. Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2015b. *Módulo 4: Controle Social e Cidadania II*. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2718/1/MODULO%204_CONTROLE_SOCIAL.pdf> Acesso em: 06 novembro 2018.

FARENZENA, N. *Controle institucional em políticas federais de educação básica no Brasil*. RBPAE, v.26, n.2, p. 237-265, mai./ago., 2010.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008. OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU. Disponível em: <<http://fozdoiguacu.osbrasil.org.br/>> Acesso em: 06 nov. 2018.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.observatoriosocialdobrasil.org.br/>> Acesso em: 06 nov. 2018.

PRADO, O. MAIA, R. M., DINIZ, E. *Governo eletrônico e transparência: olhar críticos sobre os portais do governo federal*. In: PINHO, José Antônio Gomes de (org.) *Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas*. Salvador: EDUFBA, 2012.

VAZ, J. C. *Governança eletrônica: para onde é possível caminhar? Edição especial: Mobilização cidadã e inovações democráticas nas cidades*, 2005. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman. 2010.